



# Câmara Municipal de Andradas

## MINAS GERAIS



### PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

Processo n.º 354/2024

Substitutivo ao PLO-L 10/2024

*Projeto de Lei Ordinária. Atribui denominação de via pública.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

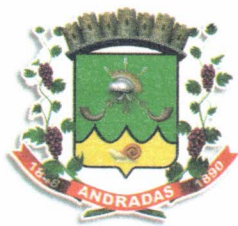
Excelentíssimos Vereadores;

Cumpre-nos, mediante a análise jurídica, manifestarmo-nos, em caráter opinativo, acerca da juridicidade do Substitutivo n.º 2 ao Projeto de Lei Ordinária, pelo Legislativo, n.º 10, de 1.º de abril de 2024, que visa atribuir denominação à prolongamento de via pública, homenageando os “Irmãos Belloto”, encaminhada pelo Presidente da Casa a esta Procuradoria.

Inicialmente, constata-se que com relação à técnica legislativa e redacional, o mesmo se enquadrou nos preceitos traçados pelo artigo 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal, estando perfeito neste ponto, redigido de forma clara, objetiva e precisa.

Encontra-se adequado, no ponto ao que se refere à necessidade de apresentação de justificativa, consoante dispõe o art. 124 do Regimento Interno da Casa.

No que concerne à iniciativa da proposição e a modalidade legislativa eleita, embora haja divergência jurisprudencial quanto a iniciativa para propositura, o entendimento do STJ e do TJMG é orientado no sentido de que a Lei Ordinária é a modalidade legislativa eleita, e a iniciativa advém da Câmara Municipal. A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, no RMS 18.107/RJ, relatado pelo Ministro



# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



Herman Benjamin, assim decidiu:

“(…) 6. O reconhecimento de logradouros públicos é competência municipal, em face de nítido interesse local, nos termos do art. 311, I, da Constituição Federal. (...) 9. A competência legislativa municipal é fixada diretamente pela Constituição Federal (art. 30, I) e não pode ser reduzida, alterada ou extinta por lei local. (RMS 18 107/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/C 8/2009, DJe 04/05/2011)” (sem destaques no original).

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em decisão prolatada pelo Órgão Especial:

“ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ORGANICA DE CAMPOS ALTOS. ATRIBUICAO DE COMPETENCIA A CAMARA MUNICIPAL. DENOMINACAO DE ESTABELECIMENTOS, VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS. USURPACAO DE COMPETENCIA DO PODER EXECUTIVO. INOCORRÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. 1- A Câmara Municipal possui competência para legislar sobre a denominação de estabelecimentos, vias e logradouros públicos, não sendo esta matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2- Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (TJMG - Ação Direta Inconst. 1.0000.11.055410-2/000, Relator(a): Des.(a) Antonio Armando dos Anjos , (ORGAO ESPECIAL, julgamento em 13/11/2013, publicação da sumula em 13/12/2013)” (destaques nossos)

Neste tocante, inclusive, a legislação municipal de regência do assunto, qual seja, a Lei Ordinária n.º 1.294/97, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 70/2004, segue a mesma linha de raciocínio, dispondo em seu art. 1.º que:



# Câmara Municipal de Andradas

## MINAS GERAIS



**“Art 1.º - A atribuição ou alteração da denominação de Ruas, Avenidas, Praças, Logradouros e Edifícios Públicos Municipais é de competência exclusiva da Câmara Municipal(...)”**

Desta feita, encontra-se adequada a proposta com relação à iniciativa e a modalidade legislativa eleita, conforme precedentes e a legislação sobre o tema.

Quanto à proposta de se denominar dois irmãos na mesma via, esta Procuradoria compreende viável a denominação, consoante o disposto no Parecer IBAM n.º 0955/2024, disponível para consulta.

Com relação à indagação específica sobre a necessidade de acostar aos autos biografia dos homenageados, o entendimento pela necessidade decorre da obrigação legal imposta pelo Art. 5.º da Lei Municipal n.º 1.294/97, que assim dispõe:

**Lei 1.294/97 (...)**

**Art. 5.º. Quando da apresentação de Projetos de Lei versando sobre a denominação de Ruas, Avenidas, Praças, Logradouros e Edifícios Públicos Municipais com nomes de peessoas deverá constar os dados biográficos completos do homenageado.**  
**(destaques nossos)**

Ou seja, como condição de apresentação dos projetos que desejem denominar Avenida, que é o caso do presente, com nome de pessoas, que é o caso dos referidos “irmãos”, existe a obrigação legal da apresentação dos dados biográficos dos homenageados, como dita o artigo acima transcrito.

Respeitando entendimentos contrários, é o parecer.





# *Câmara Municipal de Andradas*

## MINAS GERAIS



Andradas, 8 de abril de 2024.

José Antonio Conti Júnior

OAB/MG 139.687

Diego Gonçalves Marques Rezende

OAB/MG 218.778